

**UMA REFLEXÃO SOBRE OS DISCURSOS  
MENORES OU A ESCRIVIVÊNCIA COMO  
NARRATIVA SUBALTERNA**

**A REFLECTION ON THE MINOR DISCOURSES  
OR THE WRITABILITY AS  
SUBALTERN NARRATIVE**

*Livia Maria Natália de Souza<sup>1</sup>*

DOI 10.11606/issn.1981-7169.crioula.2018.146551

**RESUMO:** Este artigo toma para si a tarefa de discutir como o operador teórico “escrevivência”, forjado na escrita de Conceição Evaristo, pode ser acionado para construir uma reflexão sobre o modo como a Literatura Brasileira de Autoria Negra investe numa representação biográfica reescrevendo a experiência singular de cada sujeito como uma travessia de agenciamento coletivo de enunciação.

**ABSTRACT:** This article takes on the task of discussing how the writability – as a theoretical operation conceived in the writing of Conceição Evaristo – can be used to construct

---

<sup>1</sup> Doutora em Teorias e Crítica da Literatura e da Cultura (2008) pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e Mestre na mesma área e Instituição (2005). Possui graduação (Licenciatura e Bacharelado) em Letras Vernáculas pela Universidade Federal da Bahia (2002). Atualmente Professora Adjunto IV do Setor de Teoria da Literatura da Universidade Federal da Bahia. Coordena o grupo de pesquisa CORPUS DISSIDENTE e estuda a escrita de intelectuais e escritoras negras contemporâneas.

a reflection on the way in which the Brazilian Literature of Black Authors invests on a biographical representation, rewriting the singular experience of a subject via an enunciation as a collective acquisition process.

**PALAVRAS-CHAVE:** Escrevivência; Conceição Evaristo; Literatura; Autoria negra; Subalternidades.

**KEYWORDS:** Conceição Evaristo; Literature; Black authorship; Subalternities.

### **SOBRE OS DISCURSOS MENORES: AS PRIMEIRAS PALAVRAS**

**U**m dos primeiros gestos nos quais investe o pensamento que opera pela diferença é o desrecalque de sentidos comumente invisíveis. Assim, dá-se espaço aos devires que atravessam as palavras que, no cotidiano, são cerceadas, minoradas em seu sentido e controladas em sua circulação, conforme nos ensinou Foucault na já clássica aula na *Collège de France*, em 1970, intitulada *A ordem do discurso* (1971). É, neste sentido, que serão aqui utilizadas as expressões *escrevivência*, *subalternidade* e *Literatura Menor*. Nesta tarefa, começarei de trás para frente, obedecendo a lógica das diferenças.

Em seu livro *Pode o subalterno falar?* (2010), Gayatri Spivak nos lança esta paradigmática indagação, que nos exorta a, primeiramente, compreender o que está sendo

chamado de subalterno. Ao analisar o modo como Michel Foucault e Gilles Deleuze se referem ao proletariado em meados do Século XX - afirmando que, pela especificidade das suas pautas, apenas eles poderiam falar por si, autogerenciando a sua representação - a autora argumenta que os intelectuais estabelecem um limiar de afastamento estratégico que gera uma não responsabilização com a demanda desta alteridade, ou seja, não é preciso falar sobre eles, uma vez que eles são capazes de se representar.

Comparando a postura dos intelectuais citados com a ideia de que há um esforço de se manter “o sujeito do Ocidente ou Ocidente como sujeito” (SPIVAK, 2010, p. 20), a escritora indiana nos demonstra que, quando contemplados pelo olhar do Ocidente, todo aquele que escapa à sua ótica finda por ser um sujeito-efeito dos discursos sobre eles engendrados. Foucault e Deleuze, talvez querendo escapar disto, fraqueiam a palavra aos proletários e, com isto, incorrem em outro risco: a omissão. Ao desprezar o peso do capital e da sua ideologia na possibilidade de expressão do proletariado, e ao descrevê-los como massa amorfa e potente, desprezam as regras que norteiam a produção da mais-valia e de outros elementos que sustentam o capitalismo. A ideologia, parte fundamental da estruturação das relações capitalistas, não é apenas um fenômeno textual, discursivo, mas carrega uma prática de submissão e imposição que sustenta a lógica capitalista do trabalho. Negar-se a adentrar nesta lógica trouxe, segundo Spivak, um limite ao pensamento destes intelectuais.

Sendo assim, o subalterno é alvo da violência epistêmica, se constituindo como o Outro do discurso colonial, que ora está por sua própria conta, ora deve estar sob tutela. Este último caso é aquele que ocorrerá com as viúvas [(*sati*)] na Índia colonizada pelos britânicos.

Subvertendo a lógica da tradição local e no desejo de salvar as mulheres do seu próprio *modus faciendi*, os soldados britânicos se punham a cumprir a lei que estabelecia que as viúvas não deveriam se oferecer em sacrifício no momento dos rituais fúnebres de seus maridos preservando, sob a ótica ocidental, as suas vidas. Salvando-as de sua própria cultura, sem sequer indagar a estas mulheres se o salvamento era um ato indispensável a elas, o que, por ação, fizeram os soldados, é o mesmo que fizeram Foucault e Deleuze por omissão: subalternizaram o outro [colocando-o como o Outro do Ocidente]. Ou seja, o subalterno não é aquele que não tem voz, mas é aquele que é continuamente falado pelo desejo do outro.

Uma forma bastante profícua de subalternização está também no modo e nas escolhas discursivas nas quais investimos quando elegemos pares teóricos ou conceitos para diálogo. Interessa-nos, na discussão aqui empreendida, fazer uma revisão nos percursos teóricos que embasam o conceito de *escrevivência* (2007), forjado pela professora e escritora Conceição Evaristo.

A primeira coisa a ser entendida é que este breve esboço tem embasamento numa travessia analítica maior e sonda a escrita de mulheres negras, considerando que

estes textos não exigem apenas a construção de percursos teóricos específicos para a sua análise, como também muitas vezes instauram, em seu próprio corpo, uma conceituação teórica que pode servir de chave analítica.

Pela construção de uma dicção específica ou, como afirmavam Deleuze e Guattari (2014), pelo alcance de seu próprio ponto de “subdesenvolvimento”, muitas autoras negras brasileiras exigem do especialista (e estudioso) em literatura a instauração de outros paradigmas de análise, os quais devem emergir do próprio texto produzido por essas mulheres. O conceito de “escrevivência” cede o exemplo mais ilustrativo dessa exigência. Utilizada na maioria das vezes de maneira instrumental neste texto, a escrevivência comparecerá como conceito teórico que demarca como se constituem as formas de expressão da escrita negra contemporânea. Partindo do pressuposto de que, quando escrevem, os autores negros estão não sublimando a vida pela escrita, mas expressando (2014) – no sentido deleuziano do termo – aquilo que a literatura hegemônica recalca na sua representação. Nesta cena, opõem-se as duas noções: expressar e representar, compreendendo a primeira como uma não subordinação à lógica eurocêntrica e hegemônica de *mimesis*, através da qual a segunda está submetida. Operando para além da relação entre vida e ficção, a expressão alcança elementos, cenas e formas de dizer que a representação guarda no limiar ficção/realidade.

Expressar é inventar, dentro da língua dominante, uma literatura menor, utilizando-se daquilo que aqui escolhemos

chamar de dicção poética. Ou seja, há um *modus operandi* específico no discurso expressivo que, pela sua intimidade com a biografia de quem escreve, ultrapassa a noção de ficção, mas não se reduz nem à ideia de autobiografia (LEJEUNE, 2008), nem à de autoficção (KLINGER, 2007).

Ao se investirem na tarefa de explicar o que seria “uma Literatura Menor”, Deleuze e Guattari nos explicam que esta não nasce de uma língua menor, mas do que uma população minoritária pode fazer dentro de uma língua maior. Compreendemos este gesto pela noção de *força plástica* (NIETZSCHE, 1992), ou seja, que tipo de acionamentos faz um sujeito em um lugar minoritário, adentrando na estrutura da língua do dominador, ao expressar as demandas que atravessam o seu ser e estar no mundo, questões que, normalmente, são ou minoradas ou faladas pelo olhar estereotípico do hegemônico (?), ou seja, pela Literatura Menor, reencenando-se a pergunta: “pode um subalterno falar?”. Pode. No entanto, a sua fala não poderá fazer coro às formas de representação do lugar hegemônico, ela se dará por outros atravessamentos.

### **AUTOBIOGRAFIA, AUTOFICÇÃO E ESCRITA DE SI: OS LIMITES DO MODELO ETNOCÊNTRICO**

Os discursos que comumente se dedicam a estudar a autobiografia e outras formas de arquivamento de si (LEJEUNE, 2008; ARFUCH, 2010; SOUZA, 2007) investem na análise de discursos de memória, que têm algumas es-

peculiaridades no seu contexto e natureza de enunciação. Há um interesse pelos modos de registro da vida cotidiana desde os estudos dos diários, que, segundo Lejeune, eram ainda muito anteriores à autobiografia, sendo portanto uma categoria separada desta, por conta de suas características específicas, a exemplo do não planejamento de escrita, a imediatez do relato e o não distanciamento interpretativo. Diferente disto, a autobiografia, ainda de acordo com Lejeune, tem características muito diferentes, investindo na narração da vida e trazendo, no seu bojo, o intento de dar a sensação de abarcar a totalidade dos fatos em uma narração ampla, analítica e distanciada, ofertando uma falsa impressão de que a vida estaria ali escrita e desprezando o que de ficcional um texto como este carrega.

Alguns estudos investem em aproximar a autobiografia da *escrita de si*, conforme pensada por Michel Foucault, o que é um mal intento, uma vez que esta nada tem a ver com aquela. Os rituais de escrita de diário são antigos, e segundo Foucault (1983), recuperam o século II d.C. Quando as pessoas registravam não o seu cotidiano, mas frases, descrições de cena e lições aprendidas no decorrer do dia como forma de, num momento posterior, retirar dali um aprendizado, um ensinamento sobre como se comportar perante as eventualidades da vida. Estas pessoas eram copistas, não havia nelas o hábito da interpretação ou análise do seu dia ou do seu cotidiano no decorrer da escrita. Em outras palavras, apesar da constante vulgarização do termo “escrita de si”, as primeiras vezes

em que este gesto foi feito, nada ou quase nada se escrevia rigorosamente sobre si, mas muito mais para si ou para o outro, sempre com uma função de aprendizagem, aconselhamento ou autoanálise. Reforçando esta ideia, voltamos a Lejeune, que afirma que os primeiros diários eram coletivos e públicos, tal qual livros de notas, de contabilidade, etc. Somente no século 18 eles passam a funcionar a serviço da pessoa. Ou seja, a escrita dos diários coaduna-se com um contexto iluminista de culto à pessoa, assim como o auge da autobiografia corresponde à virada da modernidade para a pós-modernidade. Neste bojo, surgem estudos relativos ao que se convencionou a chamar de crítica biográfica (SOUZA, 2007; ARFUCH, 2010), estudos que, seguindo a lógica pós-estruturalistas, problematizam o lugar da realidade, pluralizando as potencialidades do acontecimento (FOUCAULT, 2012 e FOUCAULT, 1997).

A crítica biográfica renova os estudos de biografia ao acionar a interessante noção de textualidade na qual a leitura, seja de um depoimento, entrevista ou texto de ficção, sempre irá compor o caldo de potências representativas que, longe de conformar a unidade de uma pessoa, compõe as várias possibilidades de ser do sujeito, em todas as suas contradições. Mais contemporaneamente, emerge a noção de autoficção que, dando um passo a mais no que concerne à crítica biográfica, destitui a diferenciação entre os textos e subverte os lugares de biografia, autobiografia e ficção, denunciando a dimensão profundamente ficcional que sustenta todos estes discursos e a

impossibilidade de delimitar, no amplo espectro de interpretações de si, o que poder-se-ia chamar de verdade.

Há, apesar de todas as rupturas, um *continuum* que atravessa estes discursos. O sujeito enunciador, ainda que não racialmente marcado, será sempre um sujeito hegemônico, aquele que, portanto, investirá na narrativa exemplar e diferencial. E esta só tem o valor simbólico que recebe porque assim se comporta: há ali a exiguidade e a originalidade de um lugar de fala único, ou, nas palavras de Deleuze e Guattari: aquela é a literatura dos grandes mestres. É desta forma que os pensadores se referem quando querem dizer de uma literatura hegemônica produzida dentro de uma língua de hegemonia. Este talvez seja um dos mais fortes traços distintivos entre a Literatura hegemônica e a Literatura Menor, esta última não pretende ser o discurso articulado de um sujeito, mas aquilo que se chamou de um agenciamento coletivo de enunciação.

Desta forma, a excepcionalidade que se tornou fetichiosa nas narrativas bio e autobiográficas, sendo justamente aquilo que garantia a validade do relato e a importância do registro e se transformando em algo a ser escamoteado nos discursos menores, uma vez que tais discursos têm uma função de representatividade coletiva.

### **A NARRATIVA MENOR, UMA QUESTÃO DE AGÊNCIA**

Tomarei aqui, como exemplar para a discussão aqui iniciada, o conceito de “escrevivência” conforme apresenta-

do por Conceição Evaristo. Um dos gestos mais importantes ainda antes de adentrar a discussão é compreender que, quando aqui acionamos Evaristo, levamos em conta aquilo que assinalamos no início desta reflexão, a saber: acreditamos que a escrita de sujeitos não hegemônicos tende à construção de uma dicção poética tal qual se instaura a demanda de desenvolvimento de instrumentais de análise específicos e, muitas vezes, estes instrumentais emergem do próprio texto, em estudo, pela sua capacidade de agência.

A primeira vez que a noção de escrevivência toma corpo é em um depoimento intitulado *Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento da minha escrita* (2007). Evaristo narra que a primeira vez que teve contato com um sinal gráfico foi quando, num gesto antigo, “quase ancestral”, a sua mãe se agachara e com um graveto tornado lápis e a terra barrenta, papel; de cócoras, acompanhada pelo olhar cúmplice das filhas, a sua mãe desenhara o sol, tornando aquele rito de escrever uma simpatia que deveria trazer o astro-rei em lugar da chuva, que, se viesse, inviabilizaria o trabalho da lavadeira. A escrita relatada carrega gestos da hoje famosa multimodalidade:

*Era um ritual de uma escrita composta de inúmeros gestos, em que todo o corpo dela se movimentava, não só os dedos. E nossos corpos também, que se deslocava no espaço acompanhando os passos de mãe em direção à página-chão em que o sol seria escrito. Aquele ges-*

*to de movimento-grafia era uma simpatia para chamar o sol.* (EVARISTO, 2007, p. 16)

Ao riscar no chão o sol, inscrevia-se, há um só tempo, a beleza do gesto e o desespero de quem dependia daquele ganho para alimentar as filhas. Ao riscar o sol no chão, afirma Evaristo, a mãe não representava o sol, ela clamava por ele, presentificando, no desenho, aquilo que ali era nomeado. Neste sentido, a negação da representação tem sua força uma vez que se instaura a noção de “expressão” (DELEUZE, 2014), já discutida aqui como sendo um gesto de cisão entre a ficção e a realidade, incidentes da ideia de representação.

A expressão é, segundo Deleuze e Guattari, elemento da literatura menor que, sem as afetações de linguagem comuns na literatura representativa, opta por acionar elementos de linguagem que deslizam da camada do simbólico para inscrever-se num plurilinguismo que nasce da re-frega com a língua, através das incisões e rasuras impostas a ela: “foi daí, talvez, que eu descobri a função, a urgência, a dor, a necessidade e a esperança da escrita. É preciso comprometer a vida com a escrita ou é o inverso? Comprometer a escrita com a vida?” (EVARISTO, 2007, p. 18).

Localizando a discussão na dimensão do compromisso, a autora revela o limite do universo representacional que se orgulha por lustrar as potencialidades da vida quando, pela expressão das escritas menores, a vida aparece reequaliza-

da, repensada, inclusive, nas suas diferenças, sublinhando como, dentro dos poderes maiores, os menores se inscrevem:

*E quando eu, menina, testemunhava as toalhinhas antes embebidas em sangue, e depois, já no ato da entrega, livres de qualquer odor ou nódoa, mais a minha incompreensão diante das mulheres brancas e ricas crescia. As mulheres da minha família, não sei como, no minúsculo espaço em que vivíamos, segredavam seus humores íntimos. Eu não conhecia o sangramento de nenhuma delas... durante muito tempo pensei que as mulheres ricas urinassem sangue de vez em quando. (EVARISTO, 2007, p. 18)*

Assim, a relação da escritora com escrita nasce de um compósito de experiências cotidianas que vinham desde a lista com as peças enviadas pelas patroas para lavar, passando às listas de acontecimentos menores feitas por uma das tias, até quando ganha seus primeiros trocados, numa sala de aula improvisada para os filhos dos vizinhos. Evaristo localiza a gênese da sua escrita no “acúmulo” de tudo o que ouviu e viu a datar de sua infância; há toda uma cena na qual comparecem vizinhas, familiares, outras crianças – gestos de sobrevivência e de resistência todas assentadas na oralidade – para quem falar e ouvir era “a única defesa e o único remédio” que possuíam.

Ao afirmar ter construído uma consciência que “com-

promete a minha escrita como um lugar de autoafirmação das minhas particularidades, de minhas especificidades como sujeito-mulher-negra” (2007, p. 20), Evaristo adentra largamente na ideia de agenciamento coletivo de enunciação uma vez que, como nos ensina Patricia Collins (2016), o lugar da mulher negra é atravessado por múltiplas pertenças, todas minoritárias.

O entrecruzamento dos lugares de gênero, raça e classe resulta no nascimento de especificidades de demandas que fazem parte deste exclusivo universo, o das mulheres negras pobres, neste caso, com destaque para aquelas que nasceram na diáspora negra. Ao colocar-se a partir deste contexto, a saber, do privilegiado e estreito contexto da enunciação escrita, Evaristo fala, conforme conseguimos depreender neste texto, com a sua fala e com a fala de todas as outras mulheres negras sistematicamente subalternizadas pelo desejo do outro.

Operando para fora do estereótipo e gerenciando a expressão das suas demandas a partir da indagação sobre o que levaria determinadas mulheres nascidas e criadas em contextos não letrados, semialfabetizados, quando muito, afirma, “romperem com a passividade da leitura e buscarem o movimento da escrita?” (2007, p. 20), Evaristo fala por si, conta a sua própria história que, no entanto, se dilata.

Adentrando ao agenciamento coletivo ao colocar-se no lugar de enunciação, ela articula a sua voz com as vozes de um sem número de mulheres que são, sistematicamen

te, caladas, minoradas ou estereotipadas. E, neste caso, adentramos no terreno da Literatura Menor que – diferente da outra literatura, que pode se dispensar de casos representativos, pois nenhum deles é único, exemplar, nenhum deles é capaz de, sozinho, dar conta de qualquer situação – faz com que cada caso de enunciação seja individual, e, imediatamente, coletivo e, por conseguinte, político: “O caso individual torna-se, então, tanto mais necessário, indispensável, aumentado ao microscópio, quanto toda uma história se agite nele” (Deleuze, 2014, p. 36).

Na Literatura Menor, tudo toma um valor coletivo uma vez que, pelas limitadas condições de vida e de acesso a bens simbólicos, não há estímulo suficiente para que os talentos abundem nos contextos contra-hegemônicos, o que torna mais fácil formar um escritor branco medíocre do que formar um escritor negro. Pelas próprias condições de acesso aos bens culturais e econômicos numa comunidade minoritária, não há [pelos índices de acesso à educação formal e também pela pressão da mortalidade precoce] condições para a formação de grandes celeiros de talentos. Desta forma, a Literatura Menor não se trata de uma literatura de mestres, marcantes e únicos, mas de enunciações coletivas, o que ele faz e diz é, por si, coletivo:

*[...] a máquina literária toma, assim, um lugar de uma máquina revolucionária porvir, de modo que, por razões ideológicas, mas porque só ela e determinada a fazer as condições de uma*

*enunciação coletiva que faltam por toda outra parte neste meio: a literatura é tarefa do povo.*  
(DELEUZE, 2014, p. 37)

A consequência imediata disso é que não há, nas falas advindas de minorias, a possibilidade de se ouvir exclusivamente a voz de um sujeito, havendo, apenas, contextos de *agenciamentos coletivos de enunciação* – e a literatura exprime estes agenciamentos, que findam por ser um gesto que não está na índole da literatura hegemônica, mas que caracteriza a Literatura Menor. Para o bem e para o mal, a autoria no contexto minoritário está a reboque da coletividade. Isto, certamente, depõe contra a possibilidade de emparelhar-se com as noções estéticas que regem a literatura hegemônica, mas cria, neste ponto de inflexão, aquilo que chamamos de dicção própria, que se dá não apenas pelo assunto em cena, mas pelo modo como ele se organiza esteticamente. Quem escreve uma literatura menor deve encontrar a sua própria dicção “... achar seu ponto de subdesenvolvimento, seu próprio dialeto”.

É neste sentido que Conceição Evaristo, como resposta para a sua pergunta sobre o que levaria estas mulheres à escrita, aventava que estas mulheres tenham compreendido que escrever oferece uma forma peculiar de apreensão de mundo, ultrapassando os limites da percepção da vida. É aqui que comparece a discussão sobre a qual este texto dedicou-se: contrariamente ao que se pode afirmar, a es-

crevivência não se contém nos limites etnocêntricos da autobiografia, da biografia, da escrita de si nem da autoficção.

A dimensão política e coletiva alcançada por este tipo de enunciação inscreve, a um só tempo, o sujeito enunciadador no mundo, como fazem os tipos de narrativas acima listadas, mas os suplanta na medida em que, ao nascerem de mulheres negras que “historicamente transitam por espaços culturais diferenciados dos lugares ocupados pela cultura das elites, escrever adquire um sentido de insubordinação” (EVARISTO, 2007, p. 21), e isto se dá pelo movimento de desterritorialização provocado na língua maior pela Literatura Menor, conforme afirmaram Deleuze e Guattari. Esta rasura, esta incisão no tecido da língua hegemônica pode ser construída tanto ao ferir a norma culta, marcando a sua dicção pelo elástico e até desrespeito à norma culta, como bem fez Carolina de Jesus (SOUZA, 2015), quanto pela escolha da matéria narrada.

Neste sentido, a escrevivência cresce como *modus faciendi* dxs escritorxs de Literatura Negra que, ao portar consigo uma bandeira desfraldada na sua escrita em lugar de minorar-se esteticamente, crescem pela construção de sua dicção coletiva, pelo encontro do seu ponto de inflexão, a partir do qual o mundo passa a ser lido. Uma das questões que sempre comparecem quando, em Teoria da Literatura, estuda-se escritorxs negros é a existência de uma pretensa desproporção estética entre o que elxs constroem e a Literatura canônica. O modo de leitura das Literaturas Menores sempre desprivilegia o que estas têm de inventiva

e, abrigando-as no lugar do queixume e da limitação temática, negam a esta literatura a possibilidade do exercício estético do sublime.

O que não se compreende é que a estética do sublime está na ordem da representação, e o que se faz nas Literaturas Menores, com destaque aqui para a Literatura Negra, está na ordem da expressão que media o surgimento do agenciamento coletivo de enunciação. Pela ausência da submissão irrefletida à ficção, alinham a produção de escritorxs negrxs à autobiografia e reduzem a ampla noção de escrevivência a ela. Ora, isto é, para pouco dizer, um equívoco grave de análise. O conceito de autobiografia e todos os demais a ela relacionados é ainda muito limitado para compreender a força plástica (Nietzsche, 1992) com as quais estas Literaturas estão comprometidas: abrir mão do espaço narcísico da literatura para dar corpo amplo, coletivo à sua fala, eis o gesto destes textos.

Evaristo, assim como centenas de outrxs escritorxs de Literatura Negra, rechaça a possibilidade de fazer a sua literatura se prestar a “ninar os da casa-grande” e, comprometendo a vida com a escrita, empenha a sua escrita com o compromisso de incomodar a branquitude no seu sono sempre injusto.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARFUCH, Leonor. *O espaço biográfico: dilemas da subjetividade contemporânea*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ,

2010.

COLLINS, Patricia Hill. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Sociedade e Estado*, vol. 31, n. 1, p. 99-127, 2016.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é uma Literatura Menor. In: DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Kafka por uma Literatura Menor*. São Paulo: Autêntica, 2014.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho de minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). *Representações performáticas Brasileiras: Teorias, Práticas e suas interfaces*. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

FOUCAULT, M. A escrita de si [1983]. In: \_\_\_\_\_. *Ética, sexualidade e política: Ditos e escritos*, vol. 5. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.

\_\_\_\_\_. *Nietzsche, Freud e Marx*. São Paulo: Princípio Editora, 1997.

\_\_\_\_\_. Arqueologia e a história das ideias. In: *A Arqueologia do Saber*. 8. ed., Rio de Janeiro: Forense

Universitária, 2012.

KLINGER, Diana Irene. *Escritas de si, escritas do outro: o retorno do autor e a virada etnográfica*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2007.

LEJEUNE, Phillipe. *O pacto autobiográfico*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. São Paulo: Companhia das Letras. 1992.

SOUZA, Eneida Maria de. Notas sobre a crítica biográfica. In: SOUZA, Eneida Maria de. *Crítica cult*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007. p. 105-113.

SOUZA, Lívia M. N. De. *A poética da fome e a escrita da precariedade: Carolina Maria de Jesus escritora*. No prelo, 2015.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Submissão: 28/05/2018

Aceite: 28/05/2018